http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2019.v16.n3.h441
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

Submetido: 17/08/2018 Correções: 02/09/2018 Aceite Final: 22/11/2018

FORMAÇÃO DOCENTE E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: PERSPECTIVAS ATUAIS

Lais Agnes da Silva[1], Renata Portela Rinaldi[2]

[1]Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, SP. E-mail: lais.aunesp@gmail.com. ORCID - https://orcid.org/0000-0003-1784-7331.
[2]Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Docente Adjunta da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Presidente Prudente, SP. ORCID - https://orcid.org/0000-0001-7772-6705

RESUMO

O presente texto tem como principal objetivo analisar o que revelam os estudos sobre a prática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos cursos de formação inicial de professores. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que investigou publicações realizadas no período de 2008-2018, nas reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial e no Portal de Periódicos da CAPES. Os dados coletados foram interpretados a partir dos critérios da análise de conteúdo e, portanto, com base em três etapas: pré-leitura, exploração do material, e, por último, o tratamento dos resultados, que corresponde a comparação das categorias, objetivando um conceito unificado. Os resultados apontam que o número de produções científicas sobre temática ainda é reduzido e nos mostram um cenário preocupante, pois o modo como a disciplina é conduzida nos cursos de formação inicial é superficial. Podemos concluir, por meio dos resultados apresentados, que a formação inicial e, especificamente, o preparo de professores para atuar com alunos surdos usuários de Libras no ensino regular - ou até mesmo estudantes com deficiência auditiva que não utilizam a Libras como língua materna, mas que também apresentam diferenças significativas - ainda é inadequada, frágil em muitos aspectos e pouco investigada pelos pesquisadores. Permanece o desafio de proporcionar uma educação bilíngue de qualidade para os surdos, de modo a efetivar o que está proposto na legislação. Pois, a comunicação entre ouvintes e surdos, ainda é uma barreira a ser desconstruída.

Palavras-chave: Formação inicial. Formação docente e Libras. Libras. Disciplina de Libras.

TEACHER EDUCATION AND BRAZILIAN SIGN LANGUAGE: CURRENT PERSPECTIVES

ABSTRACT

This article aims to investigate what is indicated in the studies about the practice of the Brazilian Sign Language (Libras) in the initial teacher education courses. The research has a qualitative nature and it analyzes studies published from 2008 to 2018 in the national meetings of the National Association of Postgraduate and Research in Education, in the conference proceedings of the Brazilian Congress of Special Education and in the CAPES Journal Portal. Data interpretation was conducted according to the content analysis criteria that consist of three stages: pre-reading, exploration and treatment, which corresponds to the categories comparison, aiming to obtain a unified concept. The results reveal that the number of scientific productions on the theme is still small and show a worrying scenario, since the way the subject is addressed in the initial education courses is superficial. Therefore, we conclude that the initial education and, specifically, the training of teachers to work with deaf students who use Libras in regular education - or even students with hearing impairment who do not use Libras as their mother tongue, but which also have significant differences - is still inadequate, fragile in many aspects and not enough investigated. The challenge to provide a bilingual quality education for the deaf in order to implement what is established in

the legislation still remains, since the barrier communication between listeners and deaf people is yet to be broken.
Keywords: Initial education. Teacher education and Libras. Libras. Libras course.

FORMACIÓN DE PROFESORES Y LENGUA DE SEÑAL BRASILEÑA: PERSPECTIVAS ACTUALES

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo analizar lo que revelan los estudios sobre la práctica del lenguaje de señas brasileño (Libras) en los cursos iniciales de formación docente. Esta es una investigación cualitativa, que investigó publicaciones de 2008-2018, las reuniones nacionales de la Asociación Nacional de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación, los anales del Congreso Brasileño de Educación Especial y el Portal de Revistas de la CAPAS Los datos recopilados se interpretaron con base en los criterios de análisis de contenido y, por lo tanto, en tres etapas: lectura previa, exploración de materiales y, finalmente, el tratamiento de los resultados, que corresponde a la comparación de las categorías, con el objetivo de Concepto unificado. Los resultados indican que el número de producciones científicas sobre el tema aún es pequeño y nos muestran un escenario preocupante, porque la forma en que se lleva a cabo la disciplina en los cursos de capacitación inicial es superficial. Podemos concluir de los resultados presentados que la educación inicial y específicamente la preparación de maestros para trabajar con usuarios sordos de Libras en la educación regular, o incluso estudiantes con discapacidad auditiva que no usan Libras como lengua materna, sino que también presentan diferencias significativas: sigue siendo inadecuado, frágil en muchos sentidos y poco investigado por los investigadores. El desafío sigue siendo proporcionar educación bilingüe de calidad para sordos a fin de que se den cuenta de lo que se propone en la legislación. Para la comunicación entre los oyentes y los sordos sigue siendo una barrera para ser deconstruido.
Palabras clave: Formación inicial. Formación docente y Libras. Libras. Libras de disciplina.

INTRODUÇÃO

Discutir sobre a formação docente tem sido algo bem complexo, pois esse processo engloba tanto os espaços de sua formação quanto os diferentes saberes que devem estar articulados para o seu exercício profissional. Pode-se dizer que a formação profissional docente se resulta de um conjunto de variáveis que ocorrem durante a sua vida pessoal e profissional, como salienta Rinaldi (2009, p. 51):

> [...] o processo de aprender a ensinar e de torna-se professor é infindável, começa antes da formação básica/inicial e se estende para além dela. É um processo complexo, multifacetado, plural e a sua preparação ainda permanece como um grande desafio.

Considerando a complexidade do exercício da docência, para muitos professores a inclusão escolar tem causado inquietações. Para Reis (2013, p. 76-77), “não se pode fazer inclusão sem que sejam levadas em consideração as características dos alunos, sejam estes deficientes ou não”. No Brasil, existem diversas leis que regulamentam a inclusão do estudante público alvo da educação especial, preferencialmente, nas escolas regulares, no entanto, ainda há lacunas profundas na formação dos professores que ensinam esses discentes em suas salas de aulas.

Um exemplo que podemos citar é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), Lei nº. 13.146/2015, em seu Art**.** 27, estabelece que:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas

> características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Nesse sentido, investir na formação docente é imprescindível para que tenhamos sucesso na proposta de uma escola inclusiva. Em 2002, a Libras foi reconhecida como segunda língua oficial por meio da Lei nº. 10.436/2002 e, posteriormente, foi sancionada pelo Decreto nº 5.626/2005, o qual diz em seu capítulo II, Art. 3 que:

> A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

Ainda, segundo esse Decreto, as instituições de ensino superior devem ou deveriam se organizar para a inserir a disciplina de Libras, de forma obrigatória, nos currículos de formação de professores e de forma opcional, nos demais cursos de graduação nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

> I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição. (BRASIL, 2005, p.2).

Percorremos um período de quase quatorze anos desde a publicação do Decreto nº. 5.626/2005 e ainda são raros os profissionais da educação e professores que possuem domínio da Libras ou a conhecem minimamente para recepcionar o estudante surdo/com surdez que chega à escola. Inúmeros estudos apontam que os próprios professores se sentem despreparados ao se depararem com um aluno com surdez em sua sala de aula, mesmo que em sua formação acadêmica tenham tido contato com a Libras como disciplina curricular.

Reis (2013), ao questionar alguns professores em sua pesquisa no município de Porto Velho/RO sobre "[...] o que seria necessário para o professor realizar um bom trabalho com os alunos surdos, a questão da formação docente foi apontada como o único meio" (REIS, 2013, p. 130). Em consonância a esse apontamento, Messias (2011) enfatiza que:

> As novas exigências sociais têm direcionado e encaminhado a formação e a ação docente para novos rumos, ou seja, o docente deve ser um professor diferente, capaz de se ajustar às novas exigências da sociedade, do conhecimento, dos meios de comunicação e informação, dos alunos e dos diversos universos culturais. (MESSIAS, 2011, p. 72).

De fato, a Libras deve ser incluída como disciplina obrigatória nos currículos dos cursos de formação inicial de professores. Mas, ela "[...] deve ser ministrada com uma carga horária justa, ementa, objetivos, conteúdos e avaliação condizentes com essa carga horária e com as demandas da legislação vigente" (SANTANA, 2013, p. 114).

Ao analisar a matriz curricular, bem como os planos de ensino dos cursos de pedagogia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Santana (2013) propõe que o ensino da disciplina de Libras seja contemplado numa perspectiva diferenciada da que encontramos atualmente nos documentos curriculares. Segundo a autora, a reestruturação curricular deve passar por um "[...] aprofundamento tanto dos conteúdos que permitam aos professores conhecer e lidar com as especificidades da surdez e da aprendizagem do aluno surdo" (SANTANA, 2013, p.112), como do aumento da carga horária destinada à disciplina, de modo a assegurar tempo suficiente para que a prática da Libras seja efetivada nessa formação. Além disso, ela propõe a articulação com outras disciplinas e que a disciplina de Libras seja ofertada desde o início do curso.

Segundo Louzada, Martins e Giroto (2017, p. 868) "[...] é fato, que não se pode atribuir à oferta dessa disciplina a possibilidade de domínio da língua, dado o limite de carga horária", no entanto, deve-se destacar que a partir do Decreto nº. 5.626/2005, "[...] as diferenças linguísticas e socioculturais das comunidades surdas passaram a receber alguma atenção nos cursos de formação de professores" (LOUZADA; MARTINS; GIROTO, 2017, p. 868).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/1996, em seu capítulo V, Art. 58, estabelece que a educação dos alunos com deficiência deve acontecer "[...] preferencialmente na rede regular de ensino" e prevê o apoio especializado nas escolas regulares para atender às peculiaridades desses alunos. No caso específico do aluno com surdez, adotou-se a abordagem por meio do bilinguismo, que é a atual proposta de inclusão, cujo objetivo, é o de capacitar os sujeitos surdos para a utilização de duas línguas a Libras e a língua da comunidade ouvinte. Damázio (2007, p. 20) salientou que:

> As propostas educacionais dessa natureza começam a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras. Esse Decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional. Também define que para os alunos com surdez a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, além de orientar para a formação inicial e continuada de professores e formação de intérpretes para a tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Machado (2006) chama atenção e diz que a questão não está em recusar, a *priori*, tentativas de inserção dos alunos surdos na escola, mas na superficialização da temática sobre o processo de inclusão desses alunos na escola regular quando:

> [...] se limita o que sejam as ações necessárias para sua integração/inclusão, ao fato de colocá-los fisicamente nas escolas regulares, optando-se por modelos pedagógicos que expressam a herança que a instituição, direta ou indiretamente, deixou para os educadores atuais – um modelo clínico, oralista e assistencialista na educação de surdos. Esse modelo ainda hegemônico, em síntese, pauta-se por uma atitude "normalizadora" em que as diversas formas de educação de surdos têm a intenção de "ouvintizar", ou seja, de fazê-los parecer como ouvintes. (MACHADO, 2006, p. 41).

Diante dessa condição de desrespeito para com a sua forma de aprender, o estudante surdo é imposto a uma conduta de "[...] apenas copiar os conteúdos apresentados em sala de aula" (MACHADO, 2006, p. 55).

Atrelada às ideais de Machado (2006), a autora Bastos (2017) enfatiza que, ao nos referirmos a uma proposta de "[...] educação bilíngue, onde a Libras e a Língua Portuguesa passam a coexistir no mesmo cenário escolar, devemos considerar a inserção da Libras enquanto disciplina curricular, desde a educação infantil, até o ensino médio" (BASTOS, 2017, p. 5). Segundo ela:

> Diferente dos ouvintes, grande parte das crianças surdas chegam a escola sem o conhecimento da língua, sendo que, grande parte delas vem de famílias ouvintes, que não sabem a língua de sinais, portanto, a necessidade que a Libras seja, no contexto escolar, não só língua de instrução, mas, disciplina a ser ensinada. Por isso, é imprescindível que o ensino de Libras seja incluído na educação básica, para que o surdo possa adquirir uma língua e posteriormente receber

> informações escolares em língua de sinais. (BASTOS, 2017, p. 6).

Ainda em consonância aos autores, Stumpf (2008, p. 27) salienta que "[...] uma grande mudança dentro da escola seria a de que as crianças ouvintes também aprendessem a Libras", uma vez que, a Língua de Sinais não é somente para surdos, os ouvintes também podem aprender, "[...] aí se poderia dizer que a escola é bilíngue" (STUMPF, 2008, p. 27). Pois, segundo Santiago (2016, p. 4), "[...] o uso da Libras é condição essencial para garantir ao surdo o acesso aos conhecimentos, as interações sociais, o convívio com seus pares e por fim, manifestar e desenvolver seu pensamento".

Assim, o presente texto buscará responder ao seguinte questionamento: o que dizem as pesquisas acadêmico-científicas sobre a implementação da disciplina de Libras nos cursos de formação inicial de professores? Com base nessa problemática, temos como objetivo, analisar as produções científicas que versam sobre a disciplina de Libras nos cursos de formação inicial de professores, no período de 2008 a 2018, nas bases de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, do Congresso Brasileiro de Educação Especial e do Portal de Periódicos da CAPES.

MÉTODOS

O percurso metodológico da pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa. Esse tipo de investigação "[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes", o qual "[...] corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Tendo em vista a abordagem qualitativa, diante dos objetivos propostos utilizamos, o método a pesquisa bibliográfica que tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema. Fonseca (2002) salienta que esse tipo de pesquisa é realizado a partir do levantamento de referências teóricas que já foram analisadas e publicadas, seja por meio de escritos ou eletrônicos como livros, artigos científicos etc.

Para o estudo realizamos o levantamento bibliográfico de natureza exploratória-descritiva nas Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), especificamente em dois Grupos de Trabalhos (GTs) - Educação Especial (GT15) e Formação de Professores (GT8); nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE), explorando dois eixos temáticos - Deficiência auditiva/surdez e Formação de professores em Educação Especial; e no portal de Periódico da CAPES. A seleção dos dois eventos mencionados e do portal de periódicos da CAPES se justifica por se constituírem como fontes de informações confiáveis em que há publicações que representam a produção intelectual de grande referência para a pesquisa científica em educação em todo o país.

Para a constituição do *corpus* de dados foi estabelecido um recorte temporal definido para o período de 2008[1] a 2018. Para a seleção dos textos foi definido como critério de inclusão: versar sobre a disciplina de Libras nos cursos de formação inicial de professores ou no ensino superior. As buscas foram realizadas a partir dos seguintes descritores: Libras, formação de professores e libras, disciplina de libras, licenciaturas e libras, libras no ensino superior, formação inicial de professores e libras, libras e currículo, Língua Brasileira de Sinais. Para homogeneizar o *corpus* analisado, foram selecionadas apenas as produções em que os descritores estivessem expressos no título, no resumo ou nas palavras-chave. Após a seleção, realizamos a leitura na íntegra e a análise do texto.

A organização, tratamento e reflexão sobre os dados foi orientada pelos procedimentos da análise de conteúdo propostos por Bardin (2011).

RESULTADOS

A partir dos descritores da pesquisa e dos critérios definidos observamos um número muito alto de produções acadêmicas nas bases de dados, todavia, somente 16 (dezesseis) foram selecionadas para análise, como se apresenta na Tabela 1.

[1] O ano de 2008 foi prazo mínimo que o Decreto nº 5.626/2005 estabeleceu para que a disciplina de Libras fosse inserida em ao menos vinte por cento dos cursos nas instituições de ensino superior. Além disso, buscamos resgatar as produções até o tempo presente para obtermos um panorama atual sobre diferentes, propostas, perspectivas e práticas no que se refere aos cursos de formação de professores e a disciplina de Libras.

Tabela 1. Distribuição quantitativa de artigos nas reuniões nacionais da ANPED, nos anais do CBEE e no portal de periódicos da CAPES.

Base de dados	Trabalhos disponíveis	Trabalhos selecionados	Trabalhos excluídos
ANPED	298	2	296
CBEE	506	10	496
Periódicos da CAPES	2.159	4	2.155
Total	**2.963**	**16**	**2.947**

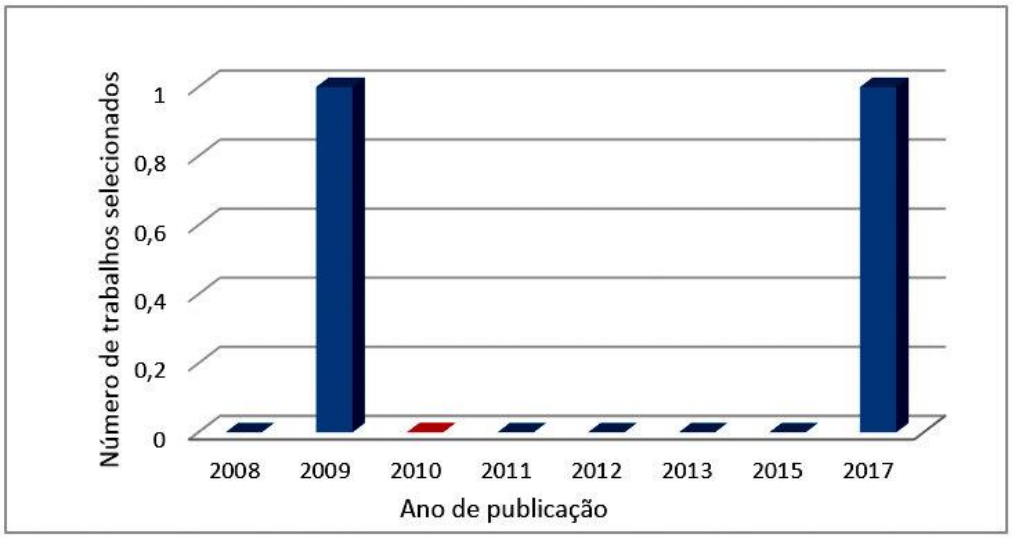
Fonte: Autoras (2018)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, o portal de periódicos da CAPES possui o maior número de produções disponíveis usando os descritores; entretanto, apenas 4 artigos foram selecionados para análise por se encaixar na temática de investigação. No CBEE, dos 506 trabalhos encontrados apenas 2% eram referentes aos descritores. É nos anais do CBEE que o maior número de trabalhos selecionados está concentrado, mas se consideramos que este é um dos eventos de referência na área de educação especial no país, o número de produções sobre o tema nas edições pesquisadas é baixíssimo. Nas reuniões nacionais da ANPED verificamos o menor número de trabalhos disponíveis 10%; todavia, apenas 2 dos trabalhos tratavam da temática estudada.

Sendo assim, a despeito da pequena quantidade de textos que abordam a temática da Libras no âmbito da formação inicial de professores, podemos afirmar que o CBEE tem sido o espaço de maior veiculação de publicações sobre a temática.

Os resultados quantitativos dos trabalhos selecionados por ano em cada base de dados, podem ser observados detalhadamente nos gráficos 1 a 4. O gráfico 1 mostra o número trabalhos selecionados por ano na base de dados da ANPED. Não foi possível ter acesso aos trabalhos publicados no ano de 2010, pois o link do evento apresentou problemas técnicos. Enviamos e-mail à ANPED solicitando os trabalhos, mas não obtivemos respostas. Por essa razão, a coluna do ano de 2010 está com a cor vermelha. Vale lembrar que, a partir de 2013, as reuniões nacionais da ANPED passaram a ser realizadas bianualmente.

Gráfico 1. Distribuição de trabalhos selecionados nas reuniões nacionais da ANPED no período de 2008 a 2017.



Fonte: Autoras (2018)

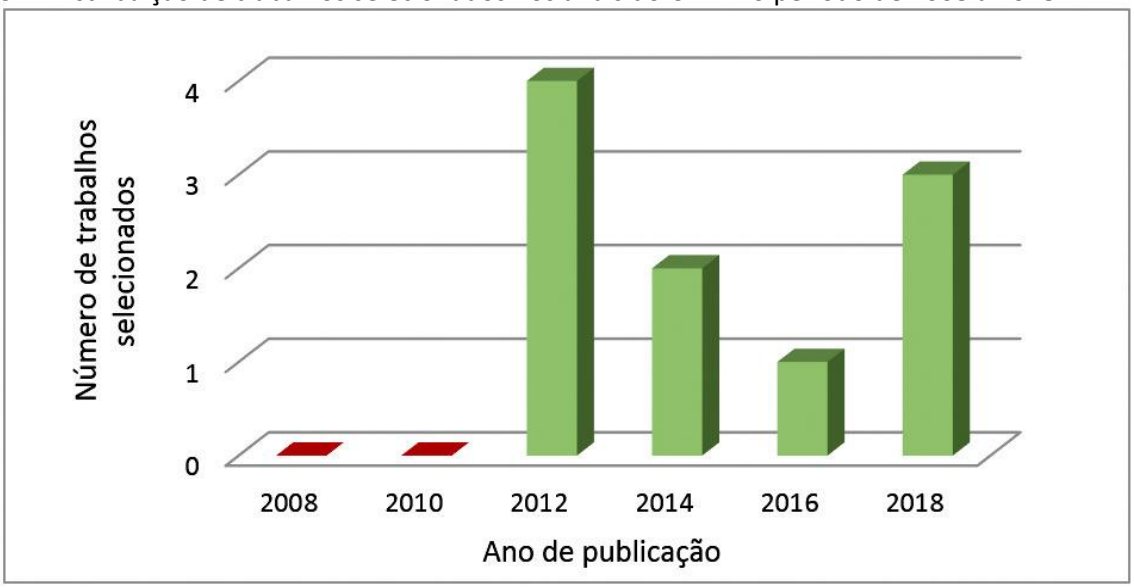
Como o evento é realizado bianualmente e em 2018 não houve reunião, as colunas do gráfico foram delimitadas ao ano de 2017. Nota-se que, apesar de o período de busca ser de 2008 a 2018, os anos de 2008, 2011, 2012, 2013 e 2015 não apresentaram publicações disponíveis eletronicamente referentes à temática pesquisada com os descritores utilizados.

Lembrando que o número total de trabalhos disponíveis nessa base de dados é 298 e somente 2 foram selecionados, o que equivale apenas a 0,67% das produções disponíveis. Encontramos uma publicação sobre a temática no ano de 2009 e oito anos depois é que houve outro trabalho abordando o assunto pesquisado. Esses resultados reforçam a relevância de nossa pesquisa, devido à ausência de pesquisas e discussões a respeito da formação inicial de professores e a Libras.

Os dois trabalhos que foram selecionados Lopes e Menezes (2009) e Bastos (2017) foram publicados no GT15 - Educação Especial.

No gráfico 2, é possível perceber que houve publicações sobre o assunto pesquisado em todas as edições do evento. Ressaltamos que não foi possível ter acesso aos anais dos anos de 2008 e 2010, pois os links dos eventos também apresentaram problemas técnicos, por essa razão, a coluna dos anos de 2008 e 2010 estão com a cor vermelha. Assim, delimitamos o levantamento nessa base de dados aos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018, já que o CBEE é um evento nacional que passou a ser realizado bianualmente a partir de 2008.

Gráfico 2. Distribuição de trabalhos selecionados nos anais do CBEE no período de 2008 a 2018.

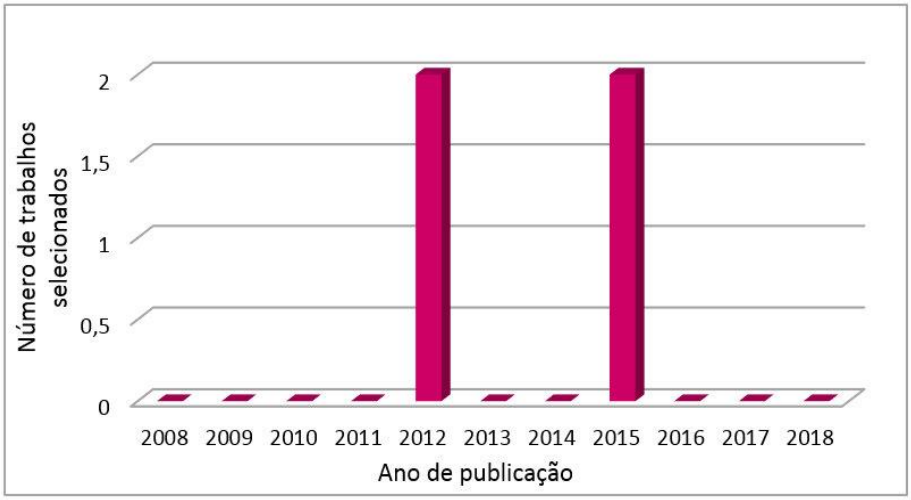


Fonte: Autoras (2018)

Do total de 10 artigos selecionados no evento, 3 foram publicados no eixo temático "Formação de professores na Educação Especial", a saber: (NASCIMENTO; SILVA; NANTES, 2012; MACHADO; VITALIANO, 2012; LIMA; ANGELI, 2014). E, os outros 7 trabalhos foram publicados no eixo "Deficiência Auditiva/Surdez", são eles: (SANTOS; OLIVEIRA, 2012; BENTES; SOUZA-BENTES, 2012; NASCIMENTO; MARTINS, 2014; SANTIAGO, 2016; MARTINS, 2018; FAMBOMEL, 2018; COZENDEY; COSTA, 2018).

O gráfico 3, apresenta o número total de trabalhos selecionados em cada ano no portal de Periódicos da CAPES. Nessa base, a pesquisa foi realizada por descritores, pois, diferentemente das bases apresentadas anteriormente, o Portal de periódicos da CAPES não é organizado por grupos de trabalhos.

Gráfico 3. Distribuição de trabalhos selecionados no portal de periódicos da CAPES no período de 2008 a 2018.



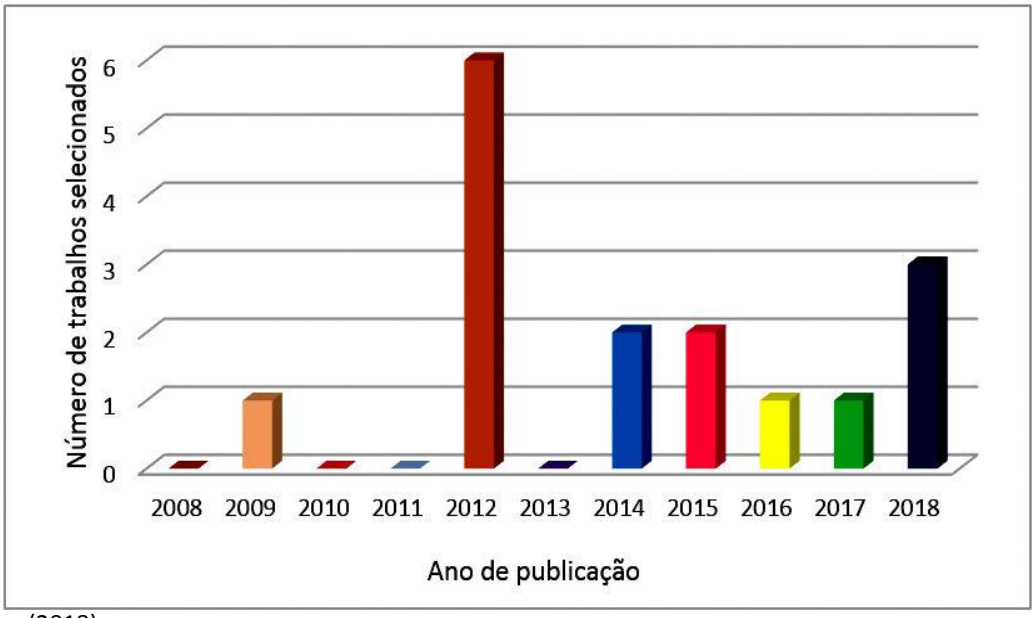
Fonte: Autoras (2018)

O gráfico 3 é muito semelhante ao que observamos no gráfico 1 no que se refere a escassez de produções escritas sobre o tema. Encontramos apenas 2 trabalhos no ano de 2012 Rosa (2012) e Monteiro e colaboradores (2012) e 2 trabalhos em 2015 Giroto, Martins e Lima (2015) e Costa e Lacerda (2015). Do total de 2.159 trabalhos disponíveis nos anos pesquisados nessa base de dados, apenas 0,18% versam sobre a nossa temática.

Foi possível perceber que os trabalhos selecionados pelo descritor "Formação de professores e Libras" apareceram na busca com os demais descritores; assim, por já terem sido escolhidos, foram considerados apenas uma vez.

Vejamos abaixo, um gráfico que mostra a distribuição geral de trabalhos selecionados por ano nas três bases de dados.

Gráfico 4. Distribuição geral de trabalhos selecionados nas reuniões nacionais da ANPED, anais do CBEE e no portal de periódicos da CAPES, por ano de publicação.



Fonte: Autora (2018)

Observa-se, de modo geral que 2012 foi o ano que mais teve publicações sobre o assunto. Do total de 16 trabalhos selecionados para análise, 6% foram publicados em 2009, 37% em 2012, 13% em 2014, 13% em 2015, 6% em 2016, 6% em 2017 e 19% em 2018. Os dados obtidos nos indicam que na última década, embora tenhamos tido a aprovação da Política Pública da

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outras, a temática da Libras no ensino superior, nos cursos de formação inicial de professores, foi invisibilizada e silenciada.

DISCUSSÃO

Por meio dos resultados apresentados inicialmente, é possível notar que o número de produções científicas sobre a nossa temática, ainda é bem reduzido. Se pensarmos na efetividade prática da política educacional, especialmente da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, tais resultados nos mostram um cenário muito preocupante. Pois, isso mostra que os pesquisadores no campo da educação e correlatos pouco tem se empenhado para pesquisar, discutir e apresentar possibilidades de mudança no que se refere a educação de alunos com surdez, bem como à formação de professores que atuarão com a inclusão escolar.

Em 2009, quando já havíamos percorrido um período de quatro anos após a publicação do Decreto nº 5.626/2005, Lopes e Menezes (2009) ao discutir sobre a inclusão do aluno surdo no ensino regular e seus aspectos linguísticos e pedagógicos, já apontavam a necessidade de formação de professores e gestores, visto que a maior parte dos profissionais pareciam não ter domínio das especificidades, nomenclaturas envolvidas na educação de surdos e, menos ainda, sobre as especificidades linguísticas envolvidas nas questões pedagógicas. Salientam que os professores entendiam a inclusão como um imperativo ético e não como um compromisso político do Estado, o qual propõe a inclusão de todos na escola.

> Os alunos surdos vivenciam diariamente as dificuldades apresentadas pelos professores, que afirmam não saber como trabalhar com eles. As justificativas dadas pelas escolas para tais condições é que os alunos pelo simples fato de estarem na escola com ouvintes estão se socializando e tendo outras experiências de crescimento. (LOPES; MENEZES, 2009, p. 9-10).

Esses dados podem ser corroborados por Giroto, Martins e Lima (2015, p. 742) quando afirmam que "[...] a escola pouco tem se organizado para atender as singularidades linguísticas, culturais e cognitivas dos surdos no sistema regular de ensino". A despeito disso, elas enfatizam "[...] que as crianças e jovens surdos se sentem prejudicados pela baixa efetividade do sistema educacional no que se refere à garantia da aprendizagem, aliada à ineficiência da formação docente" (GIROTO; MARTINS; LIMA, 2015, p. 742).

Se há uma lacuna na formação docente dentro da universidade, na escola, que também é um espaço de formação, tanto do alunado como de profissionais da educação, igualmente, necessita de pessoas comprometidas e dispostas a aprender e mudar a atual realidade educacional. Não basta a criação de políticas educacionais que garantem o direito se esses espaços permanecem em constante resistência diante daquele que é diferente.

Nascimento e Martins (2014), ao discorrem sobre a disciplina de Libras nos cursos de licenciaturas, salientaram que o modo como a disciplina é conduzida nos currículos, é superficial e problematizaram o que seja, de fato, a educação bilíngue. Além disso, enfatizaram que, a partir de alguns enunciados, percebeu-se que a marca da deficiência sobressai como característica definidora do sujeito surdo:

> Em nenhum dos enunciados aparece a caracterização pelo elemento positivo, ou seja, de ser um sujeito que se constitui pela visualidade e por uma língua gesto-visual. Estas significações, comuns no nosso cotidiano, demonstram a hegemonia do discurso médico sobre a visão da surdez e do sujeito surdo. (NASCIMENTO; MARTINS, 2014, p. 8-9).

Nesse sentido, as autoras assinalaram a "necessidade de formar professores que reconheçam as reais necessidades dos sujeitos surdos e compreendam as peculiaridades de seus modos de aprender" (NASCIMENTO; MARTINS, 2014, p. 10).

Esses apontamentos vão ao encontro do que afirma Santana (2013) sobre a forma como a disciplina de Libras vem sendo implementada nos currículos dos cursos de formação inicial de

professores. Ou seja, em apenas um semestre, é difícil "[...] ensinar e aprender Libras, pelo simples fato de desconhecermos, geralmente, a especificidade presente no ensino e na aprendizagem de uma língua sinalizada" (SANTANA, 2013, p. 113).

Infelizmente, a maior parte da sociedade ao falar de uma pessoa com deficiência, costuma focar somente no que o indivíduo não consegue fazer. Quando, na verdade, fazem de uma forma diferente daquela que estão acostumados a ver/fazer e isso acaba tirando as pessoas de suas zonas de conforto.

No caso do surdo, que usa a Libras para se comunicar, é importante ressaltar que ele pode não ouvir com os ouvidos, mas ouve com os olhos e fala com as mãos. Portanto, não é incapaz. Possui limitações com relação à audição, mas é só isso. Qual o ser humano que não apresenta nenhuma limitação? O resultado de termos tantos surdos não alfabetizados em Libras e em Língua Portuguesa, não é porque eles não aprendem, desenvolvem ou são incapazes, e sim por falta do preparo da sociedade para lidar com as suas diferenças e atender às suas demandas que estão cada vez mais presentes na escola.

Em consonância a essa ideia, Costa e Lacerda (2015) destacaram que a inserção da disciplina nos cursos de licenciaturas se relaciona mais com os objetivos da inclusão escolar, no sentido de que os alunos surdos devem ser incluídos, do que com os objetivos da educação bilíngue proposta na legislação. Destacaram ainda, que a implementação da Libras nesses cursos, está longe de solucionar o problema da educação de surdos no Brasil e, mesmo que atendesse o que é proposto, resolveria apenas uma parte da questão:

> Muitas outras medidas permanecem necessárias, no entanto, é inegável que os impactos dessa medida potencializam o interesse pelo debate acerca da inclusão escolar de alunos surdos e abre caminho para que mais medidas sejam tomadas no sentido da formação de recursos humanos para contemplar a inclusão escolar e social de alunos com deficiências. (COSTA; LACERDA, 2015, p. 770).

Incluir é muito mais do que estar junto. Não é inclusão se o direito linguístico do aluno surdo não é respeitado. Assim como não é inclusão se as instituições se preocupam apenas com o cumprimento da lei para não serem multadas e esquecem que estão lidando com pessoas, sejam elas com deficiência ou não. É necessário pensar em formas para melhor receber e ensinar as pessoas com surdez. As leis não mudam a realidade, pessoas mudam, na medida em que colocam a política em prática. São as nossas ações que farão a diferença diante das diversidades dessa vida.

Decorrido dez anos após a publicação do Decreto nº 5.626/2005, o prazo final para a inserção da Libras nos currículos de formação inicial de professores Giroto, Martins e Lima (2015) apresentaram resultados de uma pesquisa documental com uma amostra constituída por 46 grades curriculares correspondentes a: 6 cursos de Pedagogia; 39 relativos às demais licenciaturas; e 1 curso de Fonoaudiologia; oferecidos em uma IES pública do Estado de São Paulo, na modalidade presencial. Como resultados as autoras constataram que do total de 46 cursos de graduação, apenas quatro atendiam à legislação e um deles oferecia a disciplina de forma optativa, "não satisfazendo o critério de sua presença obrigatória na grade curricular do respectivo curso" (GIROTO; MARTINS; LIMA, 2015, p. 748), conforme indica o Decreto nº 5.626/2005.

As autoras destacam ainda que a elaboração do Decreto nº 5.626/2005 ocorreu num contexto anterior à reorganização do sistema educacional na perspectiva da educação inclusiva, que prevê a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o aluno surdo na escola comum, em contraturno da escolarização, deixando de pontuar aspectos importantes almejados pela comunidade surda sobre a educação bilíngue, pois essas medidas não sistematizam uma formação bilíngue para os estudantes surdos.

A esse respeito, ao realizar uma pesquisa com professores regentes que atuam em escola da rede municipal localizada na região suburbana do Rio de Janeiro, Martins (2018, p.13) enfatizou que "[...] a falta de preparo, em função da lacuna na formação e do pouco conhecimento em relação à surdez", fez com que os professores participantes da pesquisa discorressem sobre a:

> [...] necessidade urgente de um suporte

> complementar, dado pela sala de recursos, sobrecarregando assim as responsabilidades dos profissionais bilíngues que atuam com os alunos surdos como Apoio Educacional Especializado, como é o caso dos profissionais intérpretes educacionais de Libras, que são contratados, como terceirizados, para atender à demanda de alunos surdos incluídos nas escolas municipais e também um pequeno quantitativo de profissionais surdos que atuam nas salas de recursos. (MARTINS, 2018, p. 13).

É possível apontar que ainda há muito para se caminhar em direção daquilo que chamamos de educação bilíngue para surdos. A proposta de AEE, parece ser uma tentativa para melhor atender as necessidades do aluno surdo, no entanto, a escola ou a classe comum não pode ser considerada bilíngue. Seria bilíngue se todos falassem em Libras e em Português, e não apenas alguns profissionais que atuam no contraturno e intérpretes. Imagina o quanto essa situação sobrecarrega o aluno surdo, isso quando as instituições proporcionam esse atendimento, porque a maioria não oferece.

Desse modo, concordamos com Martins (2018) e salientamos que é indispensável que professores e futuros professores ampliem os seus conhecimentos didáticos e linguísticos tanto em Libras como na Língua Portuguesa, para que seja possível desenvolver estratégias pedagógicas capazes de proporcionar ao aluno surdo uma educação bilíngue de qualidade. E, mais que isso, para que esses profissionais reflitam sobre as suas práticas e tornem a formação docente "[...] mais consistente diante de novos paradigmas na educação de surdos" (MARTINS, 2018, p. 15).

Em consonância a essa ideia, Santiago (2016), ao realizar uma pesquisa com estudantes de uma turma do curso de licenciatura em pedagogia e outra turma de licenciatura em Educação Física, de uma faculdade privada no interior da Bahia, também enfatizou que:

> É necessário e urgente que se preparem e capacitem os professores, para que estes se comprometam com a aprendizagem e o desenvolvimento de alunos surdos, estando atento, porém, com as especificidades dos mesmos, podendo assim contribuir para que a sua diferença não se torne causa de exclusão e evasão escolar. (SANTIAGO, 2016, p. 11).

Já os autores Lima e Angeli (2014), com a intenção de analisar aspectos referentes à formação de graduandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no campus de Rondonópolis, entendem que:

> [...] o papel da comunicação eficiente na relação docente-discente pode ser determinante em todos os resultados de aprendizagem. Daí a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina em cursos de licenciatura. Ela impulsiona ao seu efetivo uso, pois proporciona a mobilização de profissionais, favorecendo a inclusão e valorização da língua materna dos seus possíveis educandos surdos. (LIMA; ANGELI, 2014, p. 10).

Santos e Oliveira (2012) desenvolveram uma pesquisa em uma escola municipal localizada no estado de São Paulo e apontaram alguns aspectos importantes quando se pretende uma educação bilíngue. Para eles, "[...] a presença de um instrutor surdo capacitado para o ensino de Libras e práticas de ensino adequadas, que visem o acesso à cultura e identidade surda" (SANTOS; OLIVEIRA, 2012, p. 7500), é uma condição primordial para a construção de identidade dos surdos, bem como para se obter um "[...] bom desempenho acadêmico e inserção social" (SANTOS; OLIVEIRA, 2012, p. 7500).

Nascimento, Silva e Nantes (2012) também consideraram que a presença de

professores/estagiários surdos foi primordial para o desempenho acadêmico de futuros professores, alunos de cursos de licenciatura da disciplina de Libras na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Segundo elas,

> A presença dos surdos contribuiu, de acordo com os apontamentos dos alunos, para uma melhor compreensão do que é ser surdo e como lidar com as pessoas surdas, contribuindo assim para a formação desses futuros professores de salas inclusivas, pensando em um planejamento que contemple as diferentes formas de aprender. (NASCIMENTO; SILVA; NANTES, 2012, p. 12231).

As autoras destacam que a disciplina de Libras permitiu indubitavelmente um olhar diferente sobre a realidade surda, uma nova forma de ver a realidade dessas pessoas e "[...] reconhecer o potencial para aprendizagem dos alunos surdos desde que se considerem suas especificidades, essencialmente sua diferença linguística no processo de escolarização" (NASCIMENTO; SILVA; NANTES, 2012, p. 12229).

Observa-se, por meio das pesquisas o apontamento da presença do surdo tanto no trabalho docente, ou seja, na ação de ensinar como no ato de aprender, na universidade e na escola. Na universidade, de um modo geral, a disciplina de Libras é ministrada por professores ouvintes e, além disso, os poucos surdos que conseguem se formar em um curso de graduação e desejam seguir carreira acadêmica, acabam por enfrentar barreiras nos processos seletivos de mestrado/doutorado por causa de suas especificidades linguísticas. Isso contribui para a escassez de profissionais surdos capacitados para exercer a profissão de professor universitário e formar profissionais capazes de atuar com alunos surdos considerando as suas especificidades e diferenças linguísticas.

A pesquisa de Fambomel (2018) também promoveu momentos de discussões que envolveram atividades que trabalharam a sensibilização dos licenciandos, estudos de caso, leituras e debates de textos e materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) direcionados ao atendimento de pessoas com surdez. Segundo a autora, é primordial que se reflita e tenha um olhar mais profundo acerca de uma prática educativa inclusiva. Para além de informações e trocas de conhecimentos, a universidade deve oferecer oportunidades para os professores descobrirem a sua criatividade e tendências, permitindo que eles tenham um desenvolvimento pleno, a fim de que consigam estabelecer uma conexão mais significativa com a realidade. Logo, "[...] não se pode partir do pressuposto de que existe aluno-padrão, é preciso, antes de tudo, estar preparado para as adversidades que a profissão impõe" (FAMBOMEL, 2018, p. 11).

Da mesma forma, para Monteiro, Santana, Rinaldi e Schlünzen (2012), os docentes ainda não possuem formação adequada para o trabalho pedagógico que atenda as diferenças do aluno com surdez. Eles desconhecem a Libras e não fazem uso da língua de sinais "[...] em seu cotidiano na sala de aula, o que pode indicar fatores que favorecem o desencadeamento de um processo de fracasso escolar desses alunos ou evasão do sistema regular de ensino" (MONTEIRO *et al.,* 2012, p. 127). Para as autoras,

> Em relação ao Ensino Superior, percebe-se as dificuldades dos cursos de licenciatura em se adequar para o atendimento ao dispositivo legal, especialmente pela dificuldade de mão de obra qualificada para ministrar a disciplina LIBRAS, que por consequência, permanecesse sem instrumentalizar minimamente o futuro professor. Adicionalmente, é importante destacar que a escassez de produções na área investigada dificulta momentaneamente a visualização de um quadro mais amplo no cenário da pesquisa educacional sobre o tema. (MONTEIRO *et al.,* 2012, p. 126).

Nesse mesmo andamento, Rosa (2012) apresentou reflexões sobre a implementação da disciplina de Libras no ensino superior. Ela

enfatizou que fala-se sobre a Libras, no entanto, ainda não há entendimento sobre o surdo que, na maioria das vezes, é visto como "deficiente" pela sociedade que foca somente no patológico ao invés de considerar as suas diferenças linguísticas. Mesmo com a existência da LIBRAS, leis e decretos, o conhecimento sobre todo o contexto em que essa língua se insere, é escasso.

> A aula de língua de sinais não corresponde somente à prática, sinais soltos ou expressões. A teoria é essencial para que o alunado entenda o motivo de cursar essa disciplina, além de perceber o que a sociedade mostra como 'verdade absoluta' e a realidade da comunidade surda. O aluno, a partir de então, se conscientizará da existência e da necessidade da LIBRAS no meio acadêmico e sócio educacional. (ROSA, 2012, p. 84).

É importante que teoria e prática caminhem juntas numa mesma direção. Mas, como dar conta de contextualizar, ensinar, praticar e compartilhar, de uma forma significativa, tantos conhecimentos e informações em tão pouco tempo? Essa é uma pergunta que muitos profissionais, que estão na sala de aula, fazem e ainda não encontraram uma resposta. Pesquisas e experiências mostram que a maioria dos professores, quando não priorizam a teoria, focam na prática. Dificilmente conseguem conciliar as duas.

Ao realizar uma pesquisa com cinquenta e três licenciandos de sete cursos de licenciatura (Biologia, Educação Especial, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia e Química) da UFSCar, buscando conhecer as crenças de autoeficácia dos licenciandos para trabalhar com alunos surdos, Cozendey e Costa (2018) concluíram que 72% dos participantes afirmaram não estar aptos para esta prática educacional e 56% deles, "[...] não acreditam que estão recebendo uma formação que os prepare para a prática em turmas que tenham alunos com deficiência auditiva" (COZENDEY; COSTA, 2018, p. 11). E, mesmo tendo um pouco de conhecimento sobre a Libras, a maior parte dos participantes não se sente capaz de conversar com uma pessoa surda em Libras. No entanto, "[...] embora os licenciandos não tenham confiança em se expressar em Libras, a disciplina de Libras [certamente] ajudou a alguns licenciandos a entenderem um pouco sobre a cultura surda" (COZENDEY; COSTA, 2018, p. 13).

Ao discorrer sobre a presença da disciplina no currículo acadêmico, a Rosa (2012) sugeriu que mais semestres letivos dessa disciplina poderiam existir para um maior aproveitamento. No entanto:

> [...] algumas universidades, ou ainda alguns professores, não veem essa possibilidade por questões burocráticas, financeiras, de falta de profissionais, de legitimidade da língua de sinais e de sua importância para as universidades (sim, mesmo com lei e decreto ainda há pessoas nas universidades, e fora dela, que veem a língua de sinais sem o mesmo valor linguístico da língua oral), entre tantos outros fatores. (ROSA, 2012, p. 84).

Bastos (2017) ao realizar uma pesquisa com professores da escola municipal A.C. no município de Caxias-MA, aponta que nenhum deles sabia se comunicar em Libras, mas, ressalta que todos se graduaram antes da Lei nº 10.436/2002, portanto, a grade dos cursos ainda não contemplava a disciplina de Libras. No entanto, destaca a importância de procurarem capacitação através de cursos ou pós-graduação em Libras, já que também eram professores de alunos surdos.

A autora constatou que a comunicação dos docentes com os alunos surdos, só era possível por conta do interprete/tradutor de Libras na sala de aula e salienta que a comunicação do professor com o estudante surdo não deve se restringir somente a presença do interprete/tradutor, pois, o discente é aluno do professor e não do interprete. A presença do interprete na sala de aula, acaba acomodando os professores.

O apontamento desses resultados nos remete ao que Machado (2006) diz, pois, segundo ele, alguns professores do ensino

regular, por não terem uma formação adequada para lidar com o aluno surdo, acabam transferindo a responsabilidade do ato de ensinar aos professores da educação especial. De acordo com a pesquisa realizada pelo autor, "essa situação sobrecarrega o aluno surdo, que fica com uma excessiva carga horária em seu processo educativo, tornando-se um segregado na escola regular, por não ter uma modalidade de ensino que reconheça a sua forma de aprendizagem" (MACHADO, 2006, p. 54-55).

Segundo Bastos (2017), as principais dificuldades enfrentadas pelos professores entrevistados com os alunos surdos, diz respeito a comunicação e a adaptação de conteúdos. Em seu trabalho, a autora defende que a Libras seja inserida como disciplina também nos currículos de toda a educação básica, pois, isso possibilitará a todos os alunos, principalmente, os surdos filhos de pais ouvintes que chegam nas escolas sem saber se comunicar em língua de sinais e não possui referência de identidade surda, aos professores, gestores e toda a comunidade escolar, o acesso a Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão orientadora desse estudo e a análise realizada a partir das produções na última década, nas bases de dados investigadas, podemos concluir por meio dos resultados apresentados, que a formação inicial e, especificamente, o preparo de professores para atuar com alunos surdos usuários de Libras no ensino regular - ou até mesmo estudantes com deficiência auditiva que não utilizam a Libras como língua materna, mas que também apresentam diferenças significativas - ainda é inadequada, frágil em muitos aspectos e pouco investigada pelos pesquisadores.

Permanece o desafio de proporcionar uma educação bilíngue de qualidade para os surdos, de modo a efetivar o que está proposto na legislação. Pois, a comunicação entre ouvintes e surdos, ainda é uma barreira a ser desconstruída.

As produções analisadas apontam para uma ausência de preocupação dos professores com os aspectos linguísticos e especificidades do estudante surdo, uma vez que, não procura formação além da sua formação inicial e se acomoda com a presença do interprete/tradutor e com o serviço do AEE, transferindo muitas vezes a sua responsabilidade de ensinar a esses profissionais.

A proposta apresentada por Bastos (2017) parece apontar para uma mudança significativa na educação de surdos no Brasil, visto que, a Libras faria parte do cotidiano escolar e todos teriam acesso a ela, assim como a língua portuguesa. Outro ponto positivo, seria a presença de professores surdos na escola, no que contribuiria na construção da identidade do estudante surdo, pois ele poderia ser constituir como uma referência.

No entanto, diante dessa proposta desafiadora, finalizamos esse artigo com o seguinte questionamento: como preparar o professor da escola regular para o ensino de alunos surdos e estudantes com deficiência auditiva em toda a educação básica, se ainda é escasso o número de profissionais que dominam a Libras nas universidades e faculdades para formar esse professor?

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da presente pesquisa na modalidade de Bolsa de Mestrado Acadêmico.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, Eulânia Maria Ramos. A Libras como disciplina na educação básica: uma pesquisa com professores da rede estadual de Caxias – MA. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 38., 2017, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: ANPED, 2017. p. 1-17. Disponível em: https://bit.ly/2U52sFv. Acesso em: 08 abr. 2019.

BENTES, José Anchieta de Oliveira; SOUZA-BENTES, Rita de Nazareth. O que se ensina na disciplina Língua Brasileira de Sinais? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., São Carlos, 2012. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2012. p. 7346-7358.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília, DF, 2005. Disponível em: https://bit.ly/2HApbIq. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL, **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com

Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://bit.ly/1HN8xPt. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://bit.ly/2JgDD4H. Acesso em: 08 abr. 2019. (Edição atualizada até março de 2017)

COSTA, Otávio Santos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp., p. 759-771, 2015. Disponível em: https://bit.ly/2OXLubf. Acesso em: 08 abr. 2019.

COZENDEY, Sabrina Gomes; COSTA, Maria da Piedade Resende da. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., São Carlos, 2018. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2018. p. 1-15. Disponível em: https://bit.ly/2Z1RpAq. Acesso em: 08 abr. 2019.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado**: pessoa com surdez. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: https://bit.ly/2U4DE08. Acesso em: 08 abr. 2019.

FAMBOMEL, Sônia Márcia Marcilio. Desafios na formação de professores na perspectiva da educação especial: foco na surdez. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., São Carlos, 2018. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2018. p. 1-13. Disponível em: https://bit.ly/2D7HY9r. Acesso 08 abr. 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila)

GIROTO, Claudia Regina Mosca; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LIMA, Jessica Mariane Rodrigues de. Formação de professores e inserção da disciplina Libras no Ensino Superior: perspectivas atuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 2, p. 741-758, 2015. Disponível em: https://bit.ly/2Z9zYOK. Acesso em: 09 abr. 2019.

LIMA, Ezer Wellington Gomes; ANGELI, Andréia Fátima. Professores em formação: a Língua de Sinais como instrumento para o ensino de surdos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., São Carlos, 2014. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 1-12. Disponível em: https://bit.ly/2OZiUWL. Acesso em: 09 abr. 2019. https://doi.org/10.17648/galoa-cbee-6-28865

LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa de. Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos. *In*: ASSOSCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32., 2009, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2009. p. 1-16. Disponível em: https://bit.ly/2GdNAzV. Acesso em: 09 abr. 2019.

LOUZADA, Juliana Cavalcante de Andrade; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca. A disciplina Libras na formação de professores: desafios para a formulação de espaços educacionais bilíngues. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 864-886, set./dez. 2017. Disponível em: https://bit.ly/2UIpRRn. Acesso em: 09 abr. 2019. https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i3.010

MACHADO, Aline Carmelita; VITALIANO, Célia Regina. Professores da disciplina de Libras como percebem o processo de inclusão de alunos surdos e as contribuições da disciplina. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., São Carlos, 2012. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2012. p. 4298-4312.

MACHADO, Paulo César. Integração/Inclusão na escola regular: um olhar do egresso surdo. *In*: QUADROS, Ronice Müller de. **Estudos Surdos I**. Petrópolis: Arara Azul, 2006. p. 38-75.

MARTINS, Mônica Astuto Lopes. A prática docente frente aos novos paradigmas da educação de surdos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 8., São Carlos, 2018. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2018. p. 1-18. Disponível em: https://bit.ly/2I8n4v9. Acesso em: 09 abr. 2019.

MESSIAS, Cinthia Maria da Fontoura. Reflexões sobre Formação Docente. **Revista Kur'yt'yba**. v. 3, n. 1, p. 61-73, 2011. Disponível em: https://bit.ly/2WVZvZF. Acesso em: 09 abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEIRO, Suelen Santos; SANTANA, Jane Aparecida de Souza; RINALDI, Renata Portela; SCHLÜNZEN, Elisa Tomoe Moriya. Língua Brasileira de Sinais - Libras na Formação de Professores: o que dizem as produções científicas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 7, n. 4, p. 120-128, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2VzCVWy. Acesso em: 09 abr. 2019.

NASCIMENTO, Grazielly Vilhalva Silva do; SILVA, Sheyla Cristina Araújo Matoso; NANTES, Janete de Melo. A disciplina Libras no currículo do ensino superior: desafios e perspectivas para a formação de professores. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., São Carlos, 2012. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2012. p. 12222-12237. Disponível em: https://proceedings.science/cbee6/trabalhos/a-disciplina-de-libras-nos-cursos-de-licenciaturas:-reflexoes-e-desdobramentos. Acesso em: 09 abr. 2019. https://doi.org/10.17648/galoa-cbee-6-31046

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. A disciplina de libras nos cursos de licenciaturas: reflexões e desdobramentos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., São Carlos, 2014. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2014. p. 1-14. Disponível em: https://bit.ly/2FZVuwn. Acesso em: 09 abr. 2019.

REIS, Dulcilene Saraiva. **Formação docente e educação de surdos**: um encontro com a diferença, cultura e identidade surda. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho. 2013. Disponível em: https://bit.ly/2IaDTFI. Acesso em: 09 abr. 2019.

RINALDI, Renata Portela. **Desenvolvimento profissional de formadores em exercício**: contribuições de um programa online. 2009. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ROSA, Emiliana Faria. O ensino da língua brasileira de sinais na graduação. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 79-86, dez. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/25644. Acesso em: 09 abr. 2019. https://doi.org/10.5007/1984-8420.2012v13n3p79

SANTANA, Jane Aparecida de Souza. **Análise das disciplinas de libras nos cursos de formação inicial em pedagogia da Unesp**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: https://bit.ly/2UtuzmG. Acesso em: 09 abr. 2019.

SANTIAGO, Ana Conceição Alves. Traçando expectativas e construindo sentidos: percepções iniciais de estudantes de licenciatura acerca da Libras. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7., São Carlos, 2016. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2016. p. 1-13. Disponível em: https://bit.ly/2Gcsq6j. Acesso em: 09 abr. 2019.

SANTOS, Lara Ferreira dos; OLIVEIRA, Guilherme Silva de. Educação inclusiva e bilíngue para surdos: ensino de Libras e construção de identidade em evidência. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5., São Carlos, 2012. **Anais [...]**. São Carlos: UFSCar, 2012. p. 7489-7503.

STUMPF, Marianne Rossi. Mudanças Estruturais para uma Inclusão. *In*: QUADROS, Ronice Müller de. (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008, v. 1, p. 16-31.